MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – *CAMPUS* SERRINHA

SILVANEIDE RODRIGUES DE MEIRELES NASCIMENTO

PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS ESPAÇOS DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO NO TERRITÓRIO DO SISAL

SERRINHA – BA

2021

SILVANEIDE RODRIGUES DE MEIRELES NASCIMENTO

PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS ESPAÇOS DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO NO TERRITÓRIO DO SISAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- *Campus* Serrinha, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.
Orientador: Prof. Dr. Davi Silva da Costa

SERRINHA – BA

2021

Ficha Catalográfica

SILVANEIDE RODRIGUES DE MEIRELES NASCIMENTO

PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS ESPAÇOS DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO NO TERRITÓRIO DO SISAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano–*Campus* Serrinha como requisito parcial para obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

APROVADO EM .10/12/2021 conforme Ata de Defesa nº 12/2021 - CAT-CCPROFEPT/CAT-DDE/CAT-DG/RET/IFBAIANO assinada.

BANCA EXAMINADORA

Davi Silva da Costa
Orientador
IF Baiano – Campus Catu

Joseane da Conceição Pereira Costa
Universidade Federal do Recôncavo Baiano

Heron Ferreira Souza
IF Baiano – Campus Serrinha

SERRINHA - BA

2021

Dedico este trabalho ao meu pai José Rodrigues *(in memoriam*).

À minha mãe Maria de Lourdes,

Ao meu filho Enzo Meireles,

Ao meu esposo Otávio Reis .

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me dado saúde e forças para permitir ultrapassar os obstáculos ao longo da realização deste trabalho.

Agradeço a minha mãe Maria de Lourdes, aos meus irmãos e às minhas irmãs e aos (às) sobrinhos(as), pela compreensão da minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Ao meu esposo Otávio Nascimento, que acima de tudo é um grande amigo, sempre presente nos momentos difíceis com uma palavra de incentivo.

Ao meu filho Enzo Nascimento, pelo carinho e pela compreensão por eu não ter lhe dado a devida atenção nos momentos que estava realizando esse trabalho.

Ao orientador o professor Davi Costa, por aceitado conduzir este trabalho e por sua amizade.

A todos(as) os (as) professores(as) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Serrinha, do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, pela elevada qualidade do ensino oferecido. Gratidão a todos (as).

Aos meus colegas do curso ao longo desses anos. Vão deixar saudades!

A todos(as) que participaram direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho, contribuindo com o meu aprendizado.

Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suorÉ a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorarE não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raçaÉ preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca, Maria, MariaMistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso tergraça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca possuiA estranha mania de ter fé na vida

Mas é preciso ter força, é preciso ter raçaÉ preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca, Maria, MariaMistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso tergraça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca possuiA estranha mania de ter fé na vida.

Milton Nascimento

NASCIMENTO, Silvaneide Rodrigues de Meireles. **Participação feminina nos espaços do cooperativismo e do associativismo do Terrritório do Sisal.** 50 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus* Serrinha, Serrinha, BA, 2021.

Resumo

Este trabalho teve como objetivo compreender o papel da mulher no cooperativismo e no associativismo do Território do Sisal, limites e possibilidades nas relações sociais. Vale ressaltar a importância desse estudo para as mulheres que compõem o quadro do curso Gestão de Cooperativas, para as mulheres que participam das associações e cooperativas, para o Instituto Federal enquanto instituição que fomenta sobre essas questões, e até para mim enquanto mulher e futura gestora de cooperativas no Território do Sisal. Através da compreensão sobre participação feminina, cooperativismo, associativismo e Território do Sisal, a partir de um estudo teórico articulado ao meu olhar acerca dessas questões, apontamos outras questõespara a superação e o enfrentamento das mulheres, dentro do cooperativismo e do associativismo, com propósito de construir uma sistematização para reflexão e inspiração para outras mulheres. Embora a mulher esteja ocupando espaços no cooperativismo e no associativismo, a disparidade de gênero é ainda o que limita a mulher a avançar com as suas atividades visando à transformação de si e do contexto que se vive.

Palavras-Chave: Mulheres; Gênero; Associativismo; Cooperativismo; Território do Sisal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Território do sisal.....15
Figura 2: Marcha das Mulheres a Versalhes. 17
Figura 3: Greve Geral fábrica têxtil em São Paulo 20
Figura 4: Movimento Feminista 22
Figura 5: Frente da primeira Marcha das Margaridas em 2000..... 23
Figura 6: Eliza Brierley integrante da primeira cooperativa do mundo..... 28
Figura 7: Diferença de salário entre homem e mulher..... 32
Figura 8: Desenho de mulheres sobre empoderamento feminino.....34

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Número de Associações Registradas nos Cartórios dos Municípios do Território do Sisal. Bahia. 2009 e Lista das Cooperativas do Catálogo de Cooperativas da Bahia 2012 42

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGEITEC - Agência Embrapa de Informação Tecnológica.
IBECOOP - Instituto Brasileiro de Estudos em Cooperativismo.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
OCB - Organização das Cooperativas do Brasil.
SETRE- Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO 13
1.1 UMA PARTE DA MINHA HISTÓRIA 13
1.2 O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO 16
2.PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA COMO MOVIMENTO HISTÓRICO-CULTURAL 20
3.DILEMAS, DESAFIOS E CONQUISTAS NA PARTICIPAÇÃO FEMININA EM ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS 29
3.1 ENTRELACES ENTRE AS DIMENSÕES DE GÊNERO E O MOVIMENTO COOPERATIVO 30
3.2 AUTOGESTÃO, SOLIDARIEDADE E SORORIDADE: PODEMOS FAZERDISSO UMA NARRATIVA FEMININA? 36
4 O COOPERATIVISMO/ ASSOCIATIVISMO NO TERRITÓRIO DO SISAL COMOPONTO DE PARTIDA 40
4.1 MAPEAMENTOS DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES NA BAHIA E NOTERRITÓRIO DO SISAL 40
4.2 LINHA DO TEMPO E QUESTÕES PARA REFLEXÃO 43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 45
REFERÊNCIAS 47

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender o papel das mulheres nos espaços do cooperativismo e no associativismo do Território do Sisal, limites e possibilidades nas relações sociais. Nesta introdução discutirei, primeiramente, minha história e, em seguida, discorrerei sobre a estrutura desta pesquisa.

1.1 UMA PARTE DA MINHA HISTÓRIA

Sou Silvaneide Rodrigues de Meireles Nascimento, mulher, esposa do Otávio Reis do Nascimento, o qual é meu amigo, companheiro e meu cúmplice. Sou mãe do Enzo Meireles do Nascimento, filho único, uma das razões que dá sentido aminha existência. Nasci no município de Serrinha, interior da Bahia, em 14/05/1976, sou filha de José Rodrigues de Meireles (In memoriam) e de Maria de Lourdes Correia de Santana, mulher linda, a qual amo muito. Meus pais, tendo estudado somente as séries iniciais, possuíam uma relevante habilidade na comercialização produtos diversos em feiras livres de Serrinha e dos municípios circunvizinhos.

No decorrer dos anos, meu pai deixou de ser um vendedor ambulante,mudou seu ramo de negócio e adquiriu sua loja física própria, sendo também o administrador. Contudo, para chegar a ter o estabelecimento, a luta foi grande, pois as feiras livres exigem uma exposição maior aos acontecimentos decorridos dos fenômenos da natureza, como também existe a necessidade de deslocamento de uma cidade até outra, tornando tudo muito cansativo. Mas, indiretamente, a gente, como filhos, contribuía nessa trajetória na medida do possível conforme a idade permitia.

Sou a quarta filha, contando do mais velho para o mais novo, do total de sete filhos, João Jorge é o primogênito, seguido de Genivaldo, Silvanira, Genilson, Silvania e da caçula, Edvania. Sempre estudamos em escolas públicas, alguns concluíram o Ensino Médio, outros não. Todavia, sou a única que está concluindo uma Graduação. Conclui o Ensino Médio em Técnico de Contabilidade no ano de 1995, mas parei de estudar dedicando-me a família e atividades remuneradas temporárias.

Sempre tive uma conexão em trabalhar com números, talvez pudesse ser administradora de empresas, quiçá. Todavia, possuo um lado mais forte, um olhar atencioso para com o próximo, em querer contribuir, auxiliar. Quando alguém me pede ajuda, eu não consigo dizer não, às vezes não penso em mim direito, e já vou logo

respondendo que sim, que eu posso ajudar. Não sei se isso é bom ou ruim,mas acho que o universo de alguma forma contribuiu com essas minhas atitudes.

Quando eu estava estudando para uma prova de concurso, com intuito de trabalhar na administração de uma empresa privada, não consegui ser aprovada. No impulso, decidi inscrever-me no ENEM e consegui aprovação. Não, sabia das atribuições profissionais após conclusão do curso que escolhi. Fui conhecendo o curso, do que tratava a Gestão de Cooperativas, e, coincidência ou não, estava lá eu em preparação para o mercado de trabalho, cujo objetivo é a ajuda mútua. O cooperativismo e o associativismo têm esse mecanismo que liga essa trajetória vivida por mim em gostar de contribuir sempre que posso com as pessoas.

Embora eu não tenha nascido na roça, sempre gostei de tudo que dela vem. Gosto da simplicidade das pessoas que lá moram, do carinho ao receber visitas em suas casas, pois são sempre acolhedores, gosto também do modo deles de trabalharem, sendo que trabalham em prol de benefícios grupais. Talvez, seja esse o meu olhar diferenciado ao homem e a mulher da roça, esse seu jeito de lidar com as pessoas e de priorizar atividades que gerem benefícios coletivos.

Sou uma mulher determinada, sonhadora e que corre atrás dos objetivos. Isto é que estou fazendo atualmente, finalizando uma graduação e, assim, poder me realocar no mercado de trabalho e exercer uma profissão nova, sobretudo, com o que sempre gostei de ser, uma pessoa a ajudar pessoas.

Desde a minha adolescência, sempre gostei de esportes, sobretudo, jogar futebol, jogava com as minhas amigas na rua do bairro onde morávamos. Eu tinha uma habilidade com a bola considerada digna de seguir uma carreira profissional, isso quem dizia eram as pessoas que presenciavam a gente jogando, inclusive alguns homens, mas, modéstia parte, eu jogava futebol muito bem mesmo. Porém, éramos também muito criticadas por muitas pessoas preconceituosas que diziam que futebol era jogo para homem jogar e não para mulher, e aquilo foi me desmotivando.

Fui convidada para jogar em um campeonato de uma empresa a qual eu trabalhava, treinei tudo direitinho, no dia do jogo não quis jogar, fui incentivada por minha colega de jogo, mas não teve jeito, fiquei sem jogar. O ginásio de esportes, daqui de Serrinha, estava cheio de pessoas, e eu lá simplesmente assistindo as minhas colegas jogarem. Ainda desfalquei o time, como também abdiquei de ser jogadora. Quem sabe eu evoluísse e tornasse uma jogadora de futebol profissional, porém me deixei ser vencida por atitudes machistas, por dizer que futebol não era

coisa para o universo feminino.

Hoje, já estou com 45 anos e vejo como eu fui limitada e moldada com a desigualdade de gênero pela sociedade. Percebi que hoje pouca coisa evoluiu, pois, a sociedade ainda insiste em doutrinar as pessoas como elas acham que está correto, e assim, ferindo os sentimentos e tirando os sonhos das mulheres que são vítimas desses preconceitos.

Dos meus trinta aos trinta e cinco anos de idade fiquei sem trabalhar, me dedicando à família, sobretudo, à maternidade, pois ficava sempre adiando o momento de ter filho e só fui pensar em engravidar quando fui ao médico ginecologista e ele me causou o maior medo, pois eu me encontrava com um problema de saúde, que se eu não engravidasse logo, corria o risco de eu não conseguir engravidar, pois o problema de saúde poderia evoluir e impedir. Porém, como eu tinha a vontade de ser mãe, decidi engravidar e consegui, ocorreu tudo bem, porém depois de um ano tive que sofrer uma cirurgia de histerectomia, filhos não posso ter mais!

Passaram cinco anos, achei que poderia me realocar ao mercado de trabalho, pois meu filho já estava um pouco independente de mim. Comecei a enviar currículos, quando um dia fui convidada para um teste escrito e uma entrevista de emprego. Chegando lá, percebi que tinham mais duas candidatas. O proprietário da loja passou a prova escrita, fizemos, ele corrigiu, e começou a entrevista comigo. Estava ocorrendo tudo muito bem, até então ele me perguntar se eu tinha filho, eu disse que sim, e percebi a mudança dele no decorrer da entrevista. O contratante começou a fazer a entrevista coletivamente, mas sempre olhando para mim, como que pensasse: “ela tem todos os requisitos para ser contratada, porém a maternidade impede”. Depois soube que foi por isso mesmo, pois só eu tinhagabaritado a prova e que a prioridade era para quem tirasse nota mais alta na

avaliação. Todavia, uma candidata que teve muitos erros na prova, mas que não tinha filho foi a contratada para empresa. De acordo com o padrão social, em muitos casos a mulher que tem filhos, tem muita desvantagem em relação à mulher que não tem, e isso reflete, sobretudo, no mercado trabalho, refletiu em mim, fiquei muitochateada na época, e pode acontecer com muitas outras mulheres.

Tenho na minha construção a formação técnica em contabilidade e essa formação profissional é de uma mulher que decide estudar com os quarenta e cinco anos que tenho, e já mãe de um pré-adolescente, meu filho hoje tem onze anos. Contudo, uma mulher que pretende realocar ao mundo de trabalho, mas que tenha

um olhar diferente para com a mulher que também é mãe, pois atualmente eu não tenha essa condição inferior da maternidade imposta pelo padrão social, pois meu filho está com onze anos, mas posso ter desvantagem no quesito idade, pois para voltar ao mercado de trabalho competindo com uma jovem, talvez eu tenha um pouco mais de desvantagem ao padrão que a sociedade impõe.

Portanto, quando a gente fala em sororidade, eu, que também serei uma gestora de cooperativas, naturalmente, a minha posição enquanto mulher vai interferir bastante, porque todas as construções dentro das cooperativas a partir das relações de gênero também me tocam, também me incomodam, por eu também ser mulher e por eu também olhar essa realidade.

1.2 O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

A história do cooperativismo foi iniciada em 21 de dezembro do ano de 1844, em Rochdale na Inglaterra, com um grupo formado por 28 de tecelões, sendo vinte e sete homens e uma mulher, que se uniram após problemas socioeconômicos, após a Revolução Industrial da Inglaterra, com a intenção de inaugurar um Armazém Social, e de oferecer mercadorias de boa qualidade, medida exata, peso e preço justo, e assim, fornecer artigos o suficiente para suprir as necessidades básicas das famílias. Assim, nasceu a Sociedade dos Probos de Rochdale, a primeira Cooperativa regulamentada por princípios e valores considerados o alicerce das Cooperativas até os dias atuais (HOLYOAKE, 2006).

Os operários lutaram por seus direitos, unindo forças em prol do bem em comum e o cooperativismo contribuiu para melhor qualidade de trabalho, sobretudo, aos menos favorecidos e foi nesse período que iniciou a cooperação, um novo estilo de vida presente até os dias atuais.

Compreendi que o cooperativismo surgiu há pouco mais de um século e meio, após a revolução industrial na Inglaterra dos operários, por reivindicar da elevada quantidade de horas de trabalho, insalubridade e a baixa remuneração. Nesseperíodo da Revolução Industrial, os operários lutaram por seus direitos e uniram forças em prol de melhores condições de trabalho e resultado econômico satisfatório, e a ideia foi à constituição de uma cooperativa e o cooperativismo contribui para uma melhor qualidade de vida, sobretudo, aos menos favorecidos.

Alice Monteiro de Barros afirma que o direito do trabalho surge na Europa onde

o mundo era marcado pela desigualdade econômica e social e que tal fenômeno tornou essencial a intervenção do Estado por meio de uma legislação predominantemente, imperativa, de força e insuscetível de renúncia pelas partes. Seguindo entendimento da mesma autora:

> a evolução do direito do trabalho foi dividida em quatro aspectos tratados a seguir: I) O período de formação, que ocorreu em 1802 a 1848, com surgimento na Inglaterra, o arcabouço da primeira lei com o objetivo de tutelar, dentro do espírito do Direito do Trabalho, destacando-se o período de 1813, posto que se proibiu na França o trabalho de menores em minas, e o período de em 1839, na Alemanha, que se iniciou na edição de normas sobre o trabalho da mulher e do menor (BARROS, 2010, p. 68).

O cenário em que a mulher sempre foi vista como a dona de casa, a que cuida dos filhos, submissa ao homem e invisível ao mundo do trabalho vem sendo modificado ao longo dos tempos, pois as mulheres estão gradativamente desconstruindo os padrões impostos pela sociedade que são submetidos à mulher seguir. Essas regras limitavam a mulher a ocupar espaços no mercado de trabalho.

Novos tempos iniciaram e com isso as mulheres começaram a tomar iniciativas para melhorar sua condição no mercado de trabalho, então de acordocom as autoras Araújo e Mourão (2012), desde o fim do século XIX, as operárias que na época representavam 78,3% da força de trabalho utilizada na indústria e, principalmente, no setor têxtil, tinham participado e, às vezes, até tomado a iniciativa das lutas pela redução da jornada de trabalho, pelo aumento dos salários e pela melhoria das condições de trabalho nas fábricas. Mas, não tomavam parte ativa nas decisões do movimento, seus combates eram quase sempre perdidos, sua mobilização espontânea permanecia, na prática, ausente das negociações encetadas durante as greves.

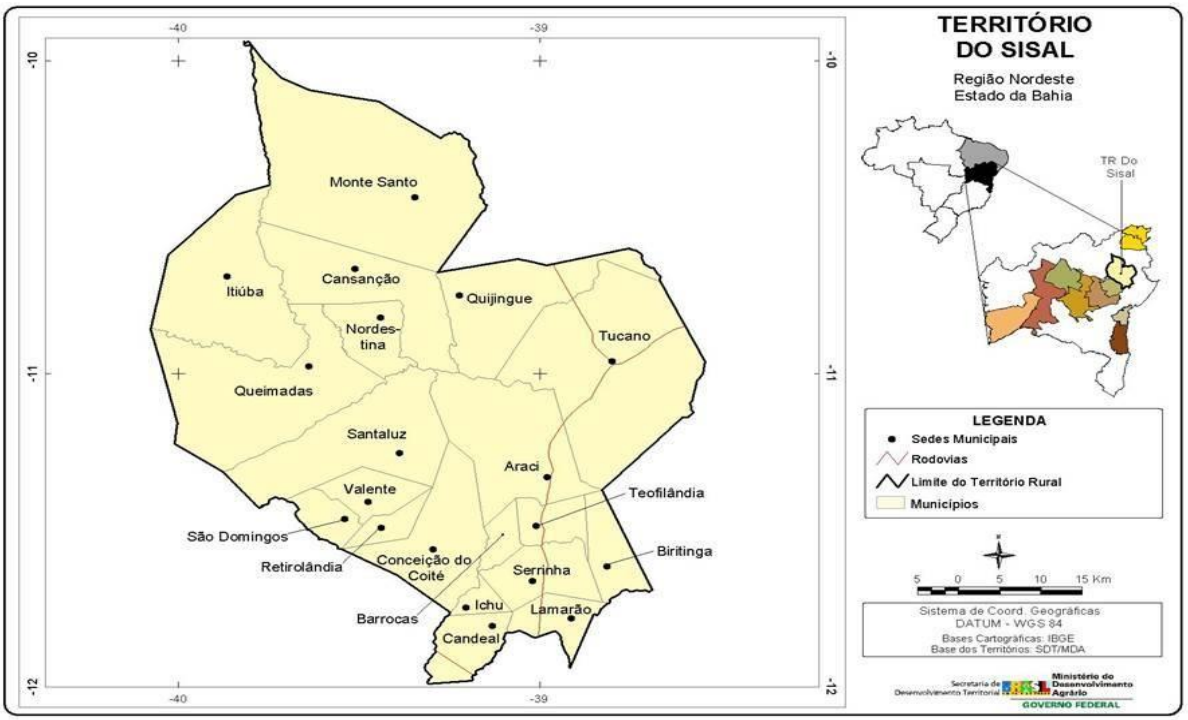
Porém, cada vez mais a mulher está ocupando funções que antes eram predominantes preenchidas por homens, como a presidência de cooperativa e de associação, pois essas mulheres estão se capacitando e passando a ser independentes, possuindo profissão que elas almejam e não aquela que a sociedade concorda. Sendo assim, o cooperativismo e o associativismo, nos últimos tempos, são as bases que estão potencializando a mudança desse fenômeno.Trabalhando de forma coletiva, a mulher consegue apoio, força e segurança para diaa dia, batalhar por melhoria nas instâncias do trabalho.

No Território do Sisal, neste contexto, vem desempenhando um papel

relevante, potencializando essas conquistas femininas, já que dispõe de um número consideráveis de Cooperativas e Associações que fomentam essa causa. Segundo o IBGE, o Território do Sisal está localizado no Nordeste Baiano, composto por vinte municípios que são eles: Monte Santo, Itiuba, Cansanção, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Tucano, Araci, Teofilândia, Biritinga, Ichu, Lamarão, Serrinha, Barrocas, Candeal, Conceição do Coité, Retirolândia, Valente, Santa Luz e São Domingos, localizados no semiárido baiano e identificados com a cadeia produtiva do Sisal (*Agave sisalana*), espécie vegetal xerófila típica da caatinga. A palavra Sisal tanto é denominada como a planta quanto a fibra dela, se adaptando bem as condições climáticas da região. Dessa planta se obtém uma fibra forte, com boa textura,utilizada para confecção de fios de corda e a comercialização é uma das fontes da economia dos municípios baianos (SANTOS; SILVA, COELHO NETO, 2011).

A seguir, apresentamos o mapa composto dos vinte municípios que fazem parte do Território do Sisal, conforme podemos ver na figura 1.

Figura 1: Mapa do Território do Sisal



Fonte: AGEITEC, 2010.

Esses municípios concentram diversas entidades Cooperativas e de Associações que viabilizam atividades com segmentos diversificados, sendo atribuições de atuação predominante feminina (SANTOS, SILVA, COELHO NETO,

2011). Vale ressaltar que, segundo as Listas dos cartórios de registros de imóveis dos municípios do Território do Sisal, em 2009, já existiam 2.166 Associações e 38 Cooperativas, sendo uma das responsáveis pela economia da população. Segundo o IBGE, em 2010 a população do Território do Sisal era de 582.329 pessoas, sendo que o número de mulheres é de aproximadamente 51% da população. Sendo assim, esse número de mulheres representa mais da metade dos habitantes, sendo um indicador relevante (SANTOS, SILVA, COELHO NETO, 2011).No Brasil, as mulheres estão a cada ano aumentando o seu percentual participativo, superando desafios pessoais e profissionais, e se fortalecendo dentro das cooperativas, mas, que ainda existe muito espaço a conquistar, quando refereao quesito liderança (ANUÁRIO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO, 2020)[11].

Sendo assim, o objetivo do estudo é compreender qual o papel feminino nos espaços das cooperativas e associações do Território do Sisal.

A elaboração desta pesquisa ocorreu a partir de uma revisão teórica, todavia, articulada ao meu olhar acerca da realidade da participação feminina no cooperativismo e no associativismo do Território do Sisal. Com embasamento a partir de artigos, dissertações, revista digital, livro digital e impresso. A busca se deu a partir das palavras chaves, e foram acessadas também as plataformas do Google Acadêmico, Scielo e através de uma leitura prévia dos títulos e resumos dos textos e da leitura por completo quando considerava o conteúdo relevante para exploração. Tem como objetivo compreender o papel da mulher no cooperativismo e no associativismo do Território do Sisal, limites e possibilidades nas relações sociais. Apontamos questões para a superação e o enfrentamento das mulheres, dentro do cooperativismo e do associativismo, com propósito de construir uma reflexão e inspiração para outras mulheres.

O estudo também se justifica por considerarmos essas questões relevantes para as mulheres que compõem o quadro do curso Gestão de Cooperativas, que contempla a maioria discente matriculada, para as mulheres que participam das associações e cooperativas, para o Instituto Federal enquanto instituição que fomenta sobre essas questões, e até para mim enquanto mulher e futura gestora de

[1] Plataforma digital com objetivo de dar visibilidade à força e relevância socioeconômica do cooperativismo, disponibilizando para as cooperativas, imprensa, academia e organismos públicos dados e informações sobre o nosso movimento, permitindo projetar estratégias para o fortalecimento do setor.

cooperativas no Território do Sisal.

Com o intuito de melhorar a compreensão deste trabalho, o texto está estruturado em cinco capítulos, considerando a introdução e as considerações finais. No segundo capítulo será abordado sobre a participação política feminina como movimento histórico-cultural. Em seguida, no terceiro capítulo serão apresentados os dilemas, desafios e conquistas na participação feminina em associações e cooperativas, abordando os entrelaces entre as dimensões de gênero e o movimento cooperativo, como também sobre autogestão, solidariedade e sororidade. Para o quarto capítulo, será abordado o cooperativismo/associativismono Território do Sisal como ponto de partida, bem como o mapeamento de cooperativas e associações na Bahia e no Território do Sisal**,** uma linha do tempo e questões para reflexão e na sequência as considerações finais.

2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA COMO MOVIMENTO HISTÓRICO-CULTURAL

Para Oliva e Ferreira (2018), os movimentos sociais representam as ações da sociedade em organizar grupos objetivando defender interesses coletivos. Neste sentido compreendi que os movimentos sociais nascem de um problema social e tem o propósito de agrupar pessoas com a finalidade de reivindicar por políticas públicas para solução do problema.

Segundo Teles (2017), no século XIX, a educação feminina era precária e o ensino proposto permitia concluir apenas o primeiro grau, objetivando a preparação voltada a serviços exclusivamente domésticos, sendo impossibilitada a progredircom a educação formal. Isso resultou a mulher pleitear por direito a educação, com propósito de avançar a níveis mais altos de ensino. A quantidade de escolas oferecidas para o sexo feminino era bem inferior das destinadas ao sexo oposto.

Nessa luta da mulher, também teve o apoio da professora Maria da Gloria Sacramento, que mesmo com o salário bloqueado, recusou lecionar as práticas domésticas que lhes eram impostas. Contudo, no período batizado como Eco das Damas, ano de 1881, surgia ao Brasil Rita Lobato Velho Lopes, a primeira mulher a cursar o ensino superior, sendo que, após seis anos, surgia a primeira mulher brasileira formada em medicina. A mulher, nessa época, confrontava tanto quanto no

período colonial, os papéis como a dona do lar, a que cuida dos filhos, submissa ao homem, começaram a inverter, com o surgimento da industrialização, e o incentivo às regiões do mundo em formar aliança com o sistema capitalista (TELES, 2017).

De acordo com Morin (2014), mulheres das camadas populares e as vendedoras de peixes, conforme podemos ver na Figura 2, tiveram um papel relevante ao organizarem a marcha em direção a Versalhes. Em outubro de 1789, milhares de mulheres, com o apoio de soldados da Guarda Nacional, pleiteavampela a redução dos preços das cestas básica, pela escassez e o alto preço do pão.

Por volta da década de 1860, com o fim do império, surgiu à organização de sociedades de mulheres brasileiras abolicionistas, e com apoio da imprensa, resultou na criação da Sociedade de Libertação, ingressada no Rio de Janeiro em27 /03/ 1870; da Sociedade Redentora que deu início em 10 /07/1870 e da Ave Libertas na cidade de Recife no dia 20/04/1884 (TELES, 2017).

Figura 2: Marcha das Mulheres a Versalhes.

Fonte: Camila Benzaquem[2], 2020.

Segundo Morin (2014), no ano de 1788 até o ano seguinte, o Rei da França Luís XVI, solicitou que todos os franceses anotassem suas solicitações e queixas em um caderno específico o (*Cahiers de Doléances*) das paróquias ou localidades. Essa era a forma do rei, tradicionalmente, se atentar sobre a demanda e o seu reino e consultar os súditos, e ir à votação os serviços de maior necessidade. As mulheres não eram livres para fazer as petições, pois elas eram representadas pelos homens da família. Contudo, algumas delas resolveram se manifestar e escrever a solicitação.

[2] Analista de Relações Internacionais. Editora-assistente da Revista Relações Exteriores.Pós-graduanda em Comunicação e Jornalismo Digital.

Em um desses pedidos tinha o de Mme. Bastide, que solicitou pela implantação de uma escola de tipografia gratuita, intitulado como, A Gráfica das Mulheres. Para ela, essa Lei, resultaria em dignidade social. Mme de Bastide justificou na carta que as mulheres tinham competências para serem boas tipográfas, sendo habilidosas, pacientes e organizadas em seus trabalhos (MORIN, 2014).

Outra solicitação feita no *Cahiers de Doléances,* ao rei, segundo Morin (2014) desta vez, foi por uma autora, sem identidade revelada, com a petição do direito ao divórcio, queixas das mulheres que não viviam bem com seus maridos. Encaminhado, também à Assembleia Nacional, na carta, a autora sem se identificar, escreveu palavras impetuosas contra a não anulação do casamento. Essas mulheres mesmo sendo maltratas pelos maridos, continuavam seu casamento. Apesar de querer o divórcio, não podia ser realizado, pois, com o casamento consumado, jamais poderia sofrer invalidez.

Nascida no Rio Grande do Norte, no ano de 1809, Nísia Floresta Brasileira foi umas das primeiras feministas do Brasil, defendendo pautas relevantes como da abolição dos escravos, da educação, como também em defesa da independência feminina e da fundação da República. Conclui o curso de magistério, publicou livros com títulos voltados ao mundo feminino, como Direito das Mulheres, e Injustiça aos homens, fundou um colégio destinado à educação feminina, no ano de 1838, na cidade do Rio de Janeiro, porém teve que se mudar do país por críticas ao não aceitar as suas decisões (TELES, 2017).

Chiquinha Gonzaga foi umas das mulheres ativistas, que defendiam também o movimento abolicionista, protestando em locais públicos em defesa do regime monarquista. Contudo, ao ser proclamada a República, teve opinião contrária nas formas de liderar do governo do atual, chegando a ironizar com a canção “aperte o botão”, contra as decisões de marechal Deodoro da Fonseca. Sendo que no ano de 1917, Chiquinha Gonzaga inaugurou a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (TELES, 2017).

O ano de 1875 foi marcado em virtude do momento em que cem mulheres adentraram a igreja matriz Barra de Bacalhau, no Estado de Minas Gerais, queimando os papéis que pertencessem a Junta Militar, libertando os membros. Essa era a vingança das mulheres, em defesa da convocação dos soldados para a considerada, injusta, guerra contra o Paraguai (TELES, 2017).

O Brasil teve também mulheres que através dos seus jornais com finalidade

de leitura feminina. O primeiro jornal editado pela argentina Joana de Paula Manso que morou muitos anos no Brasil, saindo em circulação no ano de 1852, com o título de O Jornal das Senhoras. Esse jornal tinha o objetivo de incentivar as outras mulheres que a sua missão não seria limitada a servir ao marido, ser submissa a ele, colocando só a família como prioridades, mas, que ela possui capacidades e habilidades, para ir além, de agradar só a família. Em 1862, com o surgimento do Jornal Belo Sexo, de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, cuja circulação se dava semanalmente, e reunia mulheres para estrategicamente dialogarem com o tema a ser lido na semana. A partir da leitura do jornal, a mulher tinha percepção sobre seus direitos, sobretudo da educação, pois defendia que a educação é a base que transforma. O jornal contribuiu na iniciativa da educação feminina, pois aumentou o número de mulheres alfabetizadas. Com a estratégia do veículo de comunicação, anos depois as disponibilizações de educação para as mulheres se expandiram chegando cidades pequenas, e na zona rural (TELES, 2017).

A cidade de São Paulo parou no dia 10/06/1917, com o acontecimento de uma greve geral organizada por mulheres operárias da indústria têxtil Crespi, conforme podemos observar na Figura 3, que resultou na prisão de homens e mulheres e na morte de um operário. Com essa eventual morte, foi decretada uma lei nova, em que mulheres e crianças não exerciam suas atividades em horário noturno. Contudo, dois anos após a primeira greve, 30 mil operários, com a participação de todas as operárias e de crianças, decidiram ocasionar outra greve, dessa vez reivindicando por redução da jornada de trabalho, pleiteando por trabalhar oito horas diárias, e por remuneração igual entre homens e mulheres (TELES,2017).

Figura 3: Greve geral fábrica têxtil em São Paulo.

Fonte: Camilla Costa[3], 2017.

Durante essa mesma época, as lutas das mulheres foram pelo direito devotar, organizadas por mulheres que abraçaram a causa das mulheres de vários os países. Contudo, foi a Deolinda Dalho, que defendeu que os cargos públicos fossem abertos a brasileiros, sem distinção de sexo. Já, no ano de 1917, Deolinda Dalho, organizou uma passeata com aproximadamente cem mulheres, em defesa da do direito ao voto. Todavia, a mulher só obteve êxito no decorrer da década de 1930,por intermédio da primeira constituinte brasileira, chamada Carlota Pereira de Queirós (TELES, 2017).

Na década de 1930, no Brasil, ocorreram diversas revoltas sociais, com o estado conturbado nos âmbitos econômicos e financeiros, que após sequencias de erros políticos cometidos por D. Pedro I, que resultaram em desistência do seu governo. Em Contrapartida, a catarinense Anita Garibaldi firmou aliança com José Garibaldi, lutando No Estado do Rio Grande do Sul a favor das lutas republicanas, no período da Guerra dos Farrapos e pela unificação da Itália, na Europa.

Como afirma Carneiro (1987):

> Para essas mulheres, a participação no movimento dos trabalhadores não era motivada por reivindicações específicas desua condição de mulher, mas integrava o conjunto de lutas de sua categoria social contra a exploração ou contra a expropriação (CARNEIRO, 1987, p.12).

Percebi que, a luta da mulher, historicamente, está correlacionada a diversos fatores relevantes, com objetivo de defender a invisibilidade ao mundo do trabalho, e reivindicar por direitos iguais de gênero. Essas mulheres batalham para demostrar que através de suas ações, podem fazer a diferença.

Em determinadas situações, não há dúvidas que o trabalho associativo é uma forma de superação a invisibilidade da mulher, e o associativismo nasce de um problema coletivo, dessa maneira, surge um modelo econômico que pode potencializar nos acessos a serviços essenciais que a elas gerem rendas. Para Ferreira (2009):

> No Brasil temos visto que a inserção no trabalho associativo tem se definido para as mulheres como uma das formas de superação da pobreza, de integração na sociedade e de garantia dos direitos sociais, na medida em que se abre a possibilidade de acesso acertos serviços básicos e de geração de renda e trabalho (FERREIRA, 2009, p.34).

[3] Jornalista da BBC Brasil em São Paulo.

Nessa perspectiva, é pelo trabalho associativo realizado pela mulher antes invisíveis, que a maneira de fomentar as conquistas se torna possíveis.

Segundo Carneiro (1987), a participação feminina em movimentos sociais do campo teve mudanças satisfatórias, na década de 80, ao ser iniciado os encontros com discussões pautadas a problemas que lhes eram peculiares. Neste contexto, fica claro que há anos as mulheres vinham enfrentando constantes lutas com camponeses e trabalhadores rurais para ingressar nesses espaços.

O mais importante, contudo, foi que essas lutas contribuíram na potencialização das mulheres a participação ativa nos movimentos sociais conforme podemos ver na figura 4, pois a permanência dela só era permitida acompanhada dos maridos ou familiares. No entanto, após o falecimento de seus maridos, o predomínio de liderança dos movimentos passava para a esposa, demostrando oseu potencial em liderar os movimentos sociais. Porém, para sociedade a mulher era limitada e padronizada, como a que organiza o lar e dedicada à família, submissa ao homem, e invisível ao mundo do trabalho. Isso confirma que as constantes lutas femininas pelos espaços de liderança estão relacionadas o fortalecimento da invisibilidade da mulher, proporcionando a quebra desses paradigmas, a ela, instituído pela sociedade (CARNEIRO, 1987).

Figura 4: Movimentos Sociais

Fonte: Juliana Corvino de Araújo[4], 2015.

[4] Bacharel em Ciências Sociais pela UFSCar, especializada em Filosofia e Ética, Mestre em Saúde Coletiva pela UNESP

Segundo CARNEIRO (1987):

> A sociedade lhe atribuía: aquela que deve ficar em casa, cuidar dos filhos e obedecer às ordens (do marido ou do pai). Talvez a força dessa liderança estivesse justamente na quebra dos valores tradicionais da identidade feminina e na inversão radical de papéis.(CARNEIRO,1987, p.12).

Com isso, é perceptível que as constantes lutas femininas pelos espaços de liderança, pela valorização, sobretudo, identidade, estão relacionados ao fortalecimento da limitação e da invisibilidade da mulher, pela sociedade, objetivando proporcionar mudanças nesses paradigmas instituídos a ela.

Segundo Brandão (2016), a década de 90 facilitou a vida da mulher, com o evento da IV Conferência Internacional da Mulher, em Beijin, com as pautas abordadas envolvendo questões de igualdade de gênero, com o objetivo de potencializar o empoderamento feminino. Fica entendido que, com a conquista da cidadania, essas mulheres, ao se organizarem, terão mais poder de participar de espaços públicos em defesa dos direitos como cidadãs, e poder junto aos órgãos governamentais para demandar recursos públicos.

Empoderamento feminino pode ser definido como estratégias usadas pela mulher com intuito de garantir autonomia e liberdade a qualquer tipo de violência. Assim, o empoderamento, surgiu para fomentar a mulher o direito de escolhas, ser livre de opressão. Com o objetivo de unir forças, viabilizar estratégias que favoreça ela a buscar por independência. Vale ressaltar que o empoderamento feminino surgiu para oferecer mecanismos favoráveis de superação pessoal e coletiva (BRANDÃO, 2016).

Segundo Carneiro (1987), a Marcha das Margaridas organizadas pelo público feminino, conforme podemos ver na figura 5, tinha o objetivo da livre adesão da mulher nas cooperativas, com o propósito de participarem dos processos de comercializações dos produtos por elas confeccionados, pelo respeito ao corpo da mulher, de não serem expostos em propagandas, pela divisão equiparada dastarefas domésticas no que tange a educação dos filhos, na divisão da educação do papel escola e do papel casa, resultando em uma educação de qualidade, por políticas públicas que fomentassem o pequeno produtor. Sendo assim, as mulheres cada vez mais estão conquistando posições mais favoráveis.

Ainda, segundo Brandão (2016), a primeira década do ano 2000 foi o marco para conquistas das agricultoras, sendo que iniciou o reconhecimento, por profissão, da produtora rural, dando também embasamento, a demandar dos benefícios das políticas produtivas. Segundo Gohn (2007), no ano de 2001, as mulheres organizaram a primeira Marcha Mundial das Mulheres, a chamada MMM, contando com a presença vinte mil participantes, dois anos após a primeira marcha, aconteceu a segunda desta feita com o número dobrado, de participantes, ou seja, quarenta mil pessoas. Já no ano de 2005, com a presença de trinta mil pessoas, oriundas de 16 estados diferentes, acontecia na cidade de São Paulo, e lançadopelo grupo MMM, dava início no dia oito de março, Dia Internacional da Mulher, reflexo de mobilizações organizadas pelas forças, femininas. Nesse mesmo ano, ocorria o lançamento da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade. Essa carta percorria os países como aliança dos movimentos sociais, pautando em uma demanda multinacional, e se construindo à medida que passava pelos países (SHERER-WARREN, 2006, p.116).

Figura 5: Frente da primeira Marcha das Margaridas, em 2000

Fonte: Mayara Paixão[5], 2019.

Para Sherer-Warren (2006) a Marcha Mundial das Mulheres significa:

> A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um caso emblemático de luta transversal de direitos para a América Latina e para a sociedade global. A MMM teve sua origem no movimento de mulheres e caracteriza-se por ser um projeto de mobilização social no qual participam ONGs feministas, mas também comitês e organismos mistos de mulheres e homens que se identificam com a causa do projeto. Essa causa parte do princípio da existência de uma discriminação de gênero, mas se associa à luta contra discriminações e exclusões sociais em outras dimensões, especialmente em relação à igualdade, solidariedade, liberdade, justiça e paz (SHERER-

[5] Repórter do Jornal Folha de São Paulo, formada em jornalismo pela ECA-USP

> WARREN, 2006, p.116).

Verificamos, através dessa definição, que as lutas femininas foram além dos seus países e, com apoio de multi entidades, lutaram por uma demanda global como justiça social, por uma sociedade igualitária, por respeito e paz. Segundo Gohn (2007), no dia 08 de março, dia que é comemorado o Dia Internacional da Mulher, estava de visita ao Brasil o presidente norte-americano, da época, George Bush.Que na oportunidade, as mulheres foram às ruas em protestos contra o então, presidente. Pois, naquele ano, as comemorações de política ganharam mais destaque do que as pautas, pertinentes às mulheres.

Sabemos que as lutas femininas resultaram no empoderamento da mulher e contribuíram para a sua livre escolha e melhoria na qualidade de vida, como afirma Pereira e Büttenbender (2020, p.4), em relação ao empoderamento feminino:

> O empoderamento implica na valorização, respeito, igualdade, reconhecimento, competência, organização comunitária, autonomia, amplia possibilidades de escolha, tanto de forma coletiva ou individual, são valores que contribuem para a melhoria da qualidade de vida e derrubam enraizados tabus e preconceitos em relação à mulher (PEREIRA, BUTTENBENDER, 2020, p.4).

Percebi que o empoderamento feminino torna a mulher mais segura, pois reconhece o seu potencial, aumentando as possibilidades de escolhas, melhorando sua autoestima e, sobretudo, a qualidade de vida. Para Barsted (2018), no Brasil com as organizações sociais e os movimentos liderados por mulheres resultaram em sujeitos coletivos, conquistas relevantes e na ampliação dos âmbitos democráticos.

> Esse novo sujeito coletivo tem sido capaz de advogar pelo acesso e pela inovação na constituição de direitos; de articular-se com outros movimentos sociais, na construção de uma cidadania cada vez mais inclusiva e respeitadora das diferenças; de imprimir novos paradigmas políticos e culturais e de monitorar o Estado e a sociedade no que diz respeito à compatibilidade entre as declarações de direitos e a sua efetividade (BARSTED 2018, p. 5).

Com isto, eu compreendi que a partir das organizações, dos movimentos sociais e com a coletividade dos sujeitos se unindo a outros movimentos sociais, vem ocorrendo a construção de uma cidadania cada vez respeitada e inclusiva. Historicamente, como afirmam Santos, Silva, Coelho Neto (2011), esse processo decorre de uma longa trajetória da sociedade civil por meio de ações coletivas dos

movimentos sociais e de diversas organizações que, juntas, batalharam pelos direitos sociais, como: democracia, exclusão socioeconômica da sociedade, em prol da cidadania, respeito às diferenças culturais e da autonomia política de variados segmentos.

Segundo Oliva e Ferreira (2018), no século XXI, com a novidade tecnológica, os movimentos sociais passaram a ser organizados através das redes sociais na esfera local, nacional e internacional. Com o avanço tecnológico, os grupos sociais se organizam com mais agilidade e saem em defesa dos interesses coletivos. É notório que o avanço da tecnologia é o resultado dos métodos mais ágeis utilizados na organização dos movimentos sociais aos alcances nacional e global, e assim, as chances de êxito nas reinvindicações se tornam também bem mais céleres.

A partir do exposto, tenho compreendido que apesar de uma sociedade historicamente machista, que vem limitando a mulher aos seus espaços, através da desigualdade de gênero, as mulheres, cada vez mais, estão se evoluindo através das suas lutas históricas sociais pleiteando a igualdade, visibilidade, inclusão sociale autonomia. Contudo, embora a mulher tenha conquistado espaços na sociedade e tenha obtido avanços significativos, as mulheres ainda estão enfrentando disparidade de gênero no seu dia a dia, contudo, elas estão sempre sendo símbolos de resistência em todos os espaços.

3. DILEMAS, DESAFIOS E CONQUISTAS NA PARTICIPAÇÃO FEMININA EMASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

Neste capítulo, trataremos sobre os desafios e as conquistas femininas nos espaços cooperativos e associativos, com o intuito de compreender os dilemas por elas encontrados nesses ambientes de trabalho. Essa questão se torna relevante em virtude de viabilizar os limites e as possibilidades de espaços como o cooperativismo e associativismo para o avanço da participação feminina na sociedade, através da autogestão, solidariedade e sororidade.

3.1 ENTRELACES ENTRE AS DIMENSÕES DE GÊNERO E O MOVIMENTO COOPERATIVO

É notório que a palavra gênero é um dos assuntos mais discutidos e mais complexos do meio social, historicamente está relacionado com as percepções da sociedade para definir paradigmas e impor ao indivíduo. Para Cabral e Diaz (1999 p.1), “gênero refere-se às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais”.

Segundo Genevro (2018), a desigualdade de gênero entre o homem e a mulher decorre de séculos como tradição cultural. Para a sociedade, homens e mulheres devem ser dissociados pela divisão sexual do trabalho. Compreendo que éhistórica a desigualdade de gênero, sendo que a sociedade impõe limites à mulher em todos os espaços, sobretudo, na divisão sexual do trabalho por entender que a mulher deve ficar com as atividades da casa e o homem ficando com o trabalho remunerado. Dessa forma, a mulher ficará dependente do homem, e assim, tornando submissa dele.

A mulher ainda encontra dificuldades impostas nas organizações pelo simples fato de ser mulher, mesmo em um cargo de diretoria. Sendo que, culturalmente a mulher não recebe a educação para ter e para exercer poder (GONTIJO; MELO, 2017). Entendo que, ao crescer em um ambiente e ser educada com o poder das próprias escolhas, e não ao padrão da sociedade, faz a mulher decidir o melhor para sua vida. A possibilidade de obter sucesso e crescer profissionalmente é maior comparado às mulheres que não são educadas dessa maneira. A educação, assim, resulta em empoderamento e faz as mulheres mais resistentes para ocupar qualquer espaço na sociedade.

A presença feminina no cooperativismo se dá desde a primeira cooperativa inaugurada, sendo ela, a frente de uma causa socioeconômica. De acordo com Pereira e Buttenbender (2020), a presença da mulher no cooperativismo é histórica e vem desde a constituição da primeira Cooperativa em Rochdale - Manchester, na Inglaterra. Eliza Brierley, conforme figura 6, foi uma das fundadoras da cooperativa conhecida como Sociedade dos Probos de Rochdale, foi à única mulher entre vinte e sete homens sócios.

Figura 6: Eliza Brierley, integrante da primeira cooperativa do mundo

Fonte: IBECOOP, 2018.

Compreendi que, desde a constituição da primeira cooperativa, a presença feminina foi muito importante. A iniciativa de Elisa Brierley, na cooperativa, nesse aspecto participativo, favoreceu para incentivar e inspirar outras mulheres a continuar lutando pelos direitos, sobretudo, para ocupar esses espaços. Visto que, a mulher não é só incentivar a participar só no diálogo, e sim, dar exemplo, mostrando que aquela luta está tendo resultado. Contudo, presumo que apesar da participação de Eliza, sendo única mulher nessa época da constituição da cooperativa, pensoque muitas outras mulheres também estavam envolvidas nessa iniciativa e ficaram na invisibilidade por represália dos homens, visto que o quantitativo deles já representa uma visível disparidade de gênero.

As mudanças no mundo do trabalho reestruturaram as relações produtivas e econômicas, contudo, aumentaram o número de desempregados. Sendo que, para amenizar o desemprego, a estratégia feminina foi recorrer aos trabalhos oferecidos pelas cooperativas, pois são instituições que atuam em ramos diferentes, e que fomentam em atividades voltadas à coletividade (ANUÁRIO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO, 2020).

Nesse contexto, fica compreendido que mudanças efêmeras no mercado de

trabalho, sobretudo as novas culturas organizacionais, têm aumentado o desemprego em grande escala, e as cooperativas, por serem instituições que oferecem segmentos diferentes, trabalho em prol do coletivo, e cada vez mais estar priorizando a mão de obra feminina, têm atraído muitas mulheres, pelo seu modelo de trabalho.

Para Cunha (2010), as mulheres estrategicamente se organizam para ocuparem espaços cooperativos no sentido de realizar coletivamente as necessidades econômicas e sociais. Essas mulheres optam por trabalhar nessas instituições coletivas, visto que, seguem princípios éticos, sobretudo, regidos por princípios da democracia, deste modo, essa é uma das razões pela qual à procura pelo universo cooperativista pelas mulheres.

Como conceitua Cunha (2010), as Cooperativas são instituições de propriedade conjunta e de gestão democrática e são geridas por valores de ajuda mútua, responsabilidade compartilhada, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Sendo assim, conjuntamente, todos os membros participam nas tomadas de decisões das cooperativas.

São compreensíveis que as cooperativas são organizações voltadas ao trabalho de ajuda mútua, proporcionando o direito aos membros de ouvir e ser ouvido, pois todos são responsáveis pela instituição, não existe patrão todos são donos e os cooperados tem o direito de intervir nas decisões das cooperativas, pois dispõem de espaços democráticos, sobretudo, humano.

Lideradas por mulheres, as cooperativas disponibilizam meios deproporcionar uma vida social e econômica digna. Visto que as mulheres são organizadas, dinâmicas e podem exercer o seu papel com eficiência. Essas cooperativas facilitam o desenvolvimento das atividades, oferecendo serviços sociais como educação e capacitação, o potencial para auxiliar a mulher uma gestão eficiente. Portanto, valorizando o trabalho da mulher as cooperativas dispõem de cinco ações que podem gerar o empoderamento feminino: autoestima, direito de votar e ser votada, acessos às oportunidades e recursos, autonomia dentro e fora de casa e influenciar nas mudanças da sociedade (CUNHA, 2010).

É notório que as cooperativas vêm facilitando a vida e o trabalho da mulher ao disponibilizar mecanismos para qualificação ofertando cursos de capacitação e educação, com suporte dado pelas cooperativas, as mulheres cada vez mais se evoluindo, conquistando segurança, e assim o empoderamento.

A mulher está sempre sujeita a sofrer preconceitos, seja no mercado de

trabalho ou até mesmo no ambiente familiar, por ocupar cargos considerados masculinos pela sociedade. A maternidade da mulher é um dos preconceitos sofridos nos espaços do trabalho, visto que para licença-maternidade requer um período longo de afastamento da mulher e exige substituição temporária para a vaga(HRYNIEWICZ E VIANNA, 2018).

Tenho compreendido que a discriminação para com a mulher está em todos os espaços sociais, seja no trabalho ou ambiente familiar. Muitas mulheres, alguma vez, já sofreram algum tipo de preconceito. Seja pela cor da pele, pela classe social ou mesmo pelo fato de ser mulher. A maternidade torna a mulher menos atrativa ao mercado de trabalho, uma vez que, ao precisar sair de licença, demanda substituto. Para o mercado, isso é uma desvantagem, o que faz com que prefiram contratar homens em vez de mulheres. Contudo, muitas mulheres ficam adiando a maternidade e outras decidem não tornarem mães por receio de não dar conta da dupla jornada de trabalho ou até mesmo de serem demitidas ao retornar da licença maternidade.

Segundo Genevro (2018), a mulher está sempre se esforçando para alcançar uma posição na sociedade igualitária, com isso, triplicando a jornada de trabalho se dedicando aos estudos:

> Com uma jornada duplicada ou até triplicada, a mulher se dedica ao trabalho, ao papel de mãe, esposa e também de estudante já que sempre está buscando melhor qualificação para ter um diferencial perante o gênero oposto. Muitas vezes discriminadas por ter esses diversos papeis e não se dedicar inteiramente a sua vida profissional. (GENEVRO 2018, p.24.).

Embora a mulher, diariamente, esteja desempenhando dupla jornada de trabalho, com as atividades da casa, percebo que ela também está sempre procurando se qualificar para melhor se representar na cooperativa ou qualquer outro espaço. Porém, a perseguição pela sociedade às mulheres continua pelo fato delas não se dedicarem exclusivamente ao trabalho exercido profissionalmente. Contudo, com a independência da mulher e a ausência no lar, surtem impactos tanto físico e emocional na mulher, sobretudo, o sentimento de culpa por não estar acompanhando no processo diário do seu filho (CABRAL; DIAZ 1998).

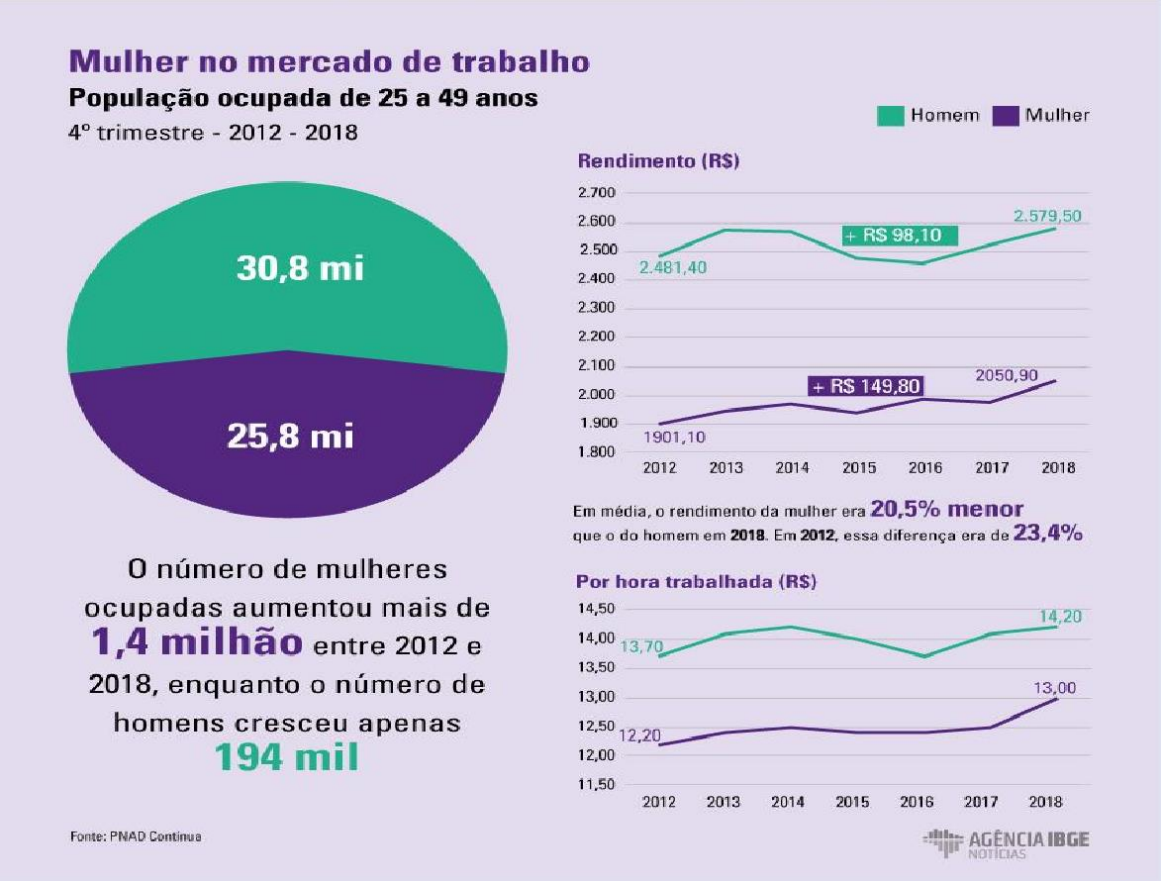
Isto significa que todo o poder e independência que tem trazido para as mulheres a saída do lar, têm por outro lado significado um desgaste e impacto na sua saúde tanto física como mental, incluindo o sentimento de culpa por não conseguir realizar bem todas as tarefas de casa ou pelo “descuido” dos filhos.

Um índice elevado de mulheres está conquistando a posição de liderança por competência, contudo, algumas cooperativas não dispõem o devido suporte. Essas mulheres são vítimas de preconceitos por homens que já está a mais tempo de trabalho e não dispuseram promoção (HRYNIEWICZ E VIANNA, 2018). Assim, entendo que, embora hoje, existem muitas mulheres em cargos de liderança no cooperativismo, ainda há preconceitos provenientes tanto do sexo masculino quanto feminino, sendo muitas vezes taxadas como incompatíveis ao cargo que está ocupando.

Segundo Rodrigo Paradella[6] (2019), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) no Brasil, para plataforma da Agência IBGE de Notícias, as mulheres ganham, em média, 20,5% a menos que o salário dos homens do país em todas as ocupações, conforme podemos ver na figura 7. Contudo, a profissão que a mulher se aproxima dos rendimentos dos homens é de professores (as) do ensino fundamental, mas que ainda existe desigualdade, pois recebem, em geral, 9,5% a menos que eles. Todavia, as mulheres que são mãesrecebem até 40% a menos do salário das colegas que não têm filhos.

[6] Analista de comunicação do IBGE

Figura 7: Diferença de salário entre homens e mulheres



Fonte: Agência IBGE Notícias[7], 2019.

Observo que, embora a mulher trabalhe no mesmo cargo que o homem, exercendo a mesma função e as mesmas horas trabalhadas, ela ainda vem sofrendo com a disparidade de gênero e recebe salário inferior ao dos colegas do sexo oposto, e que a mulher que tem filhos além de sofrer distorção de salários referente ao trabalho dos homens, ainda sofre novamente com diferença de salário referente às colegas que não tem filhos. Historicamente, o tratamento dado pela sociedade à mulher é muito irracional, às vezes sendo elogiada e empoderada em vários aspectos, mas, por outras vezes, sendo taxada de incapaz (GENEVRO,2018).

Percebo que ser mulher, seja no cooperativismo, associativismo, empresa formal ou em qualquer espaço em uma sociedade com atitudes machistas e preconceituosas é muito desafiador. Historicamente, a mulher é educada desde a infância pela família ao papel de dona de casa e de mãe quando são presenteadas com bonecas e brinquedos característicos do lar. A menina na transição criança/

[7] Reúne uma equipe multidisciplinar para abastecer os núcleos de Jornalismo Digital, Imagem e Design, Audiovisual, Mídias Sociais e Imprensa, onde encontram-se notícias, releases com informações sobre os trabalhos realizados pelo Instituto

adolescente é limitada pela sociedade na divisão da brincadeira entre menino e menina. Contudo, a mulher ao ingressar no mercado de trabalho muitas vezes são vítimas de preconceitos por atitudes machistas. Sendo assim, por toda a vida, a mulher sofre perseguição preconceituosa, ora pela família, ora pela sociedade.

Como afirma Cabral e Diaz (1998, p. 1):

> As meninas são incentivadas a serem passivas, sensíveis, frágeis, dependentes e todos os brinquedos e jogos infantis reforçam o seu papel de mãe, dona de casa, e consequentemente responsável por todas as tarefas relacionadas ao cuidado dos filhos e da casa. Ou seja, as meninas brincam de boneca, de casinha, de fazer comida, de limpar a casa, tudo isto dentro do lar. Pelo contrário, os meninos brincam em espaços abertos, na rua (CABRAL; DIAZ 1998, p. 1).

Embora a mulher encontre obstáculos na sua trajetória de vida, ela sempre está procurando se articular para se empoderar e empoderar outras mulheres, intensificando a busca por independência, e mostrando que são capazes de exercer qualquer profissão, sobretudo, a de posição de liderança a qual é vista pela sociedade como cargo característico masculino.

Entendi que, embora a mulher esteja lutando por igualdade de gênero, isso não quer dizer que ela quer competir com o homem. A luta feminina é para a sua visibilidade nos espaços sociais e para desconstruir os paradigmas que historicamente a sociedade impõe.

Assim, são os episódios das narrativas supracitadas das mulheres que chegaram a ocupar os cargos de liderança, que embora encontrem dificuldades para ingressar a esses espaços, às vezes questionadas da capacidade de liderar, sendo vítimas de preconceitos cultural da sociedade, essas mulheres mostraram que batalhando se empoderam e inspiraram outras mulheres a se empoderar, e acima de tudo alcançar a posição de liderança e de mostrar a sociedade que podem exercer a presidência das cooperativas com eficiência como qualquer outro indivíduo.

3.2 AUTOGESTÃO, SOLIDARIEDADE E SORORIDADE: PODEMOS FAZER DISSO UMA NARRATIVA FEMININA?

Nessa sessão, discutirei sobre a participação da mulher no ambiente de trabalho e suas escolhas na vida social e profissional. Pois, são dilemas relevantes que nós mulheres devemos nos apoiar para que não sejamos afetadas tanto no âmbito

do trabalho quanto no âmbito do matrimônio e da maternidade.

A revista de notícia e comportamento Marie Claire traz uma matéria relevante sobre executivas que se unem nas empresas e redes sociais em contradição ao machismo e a invisibilidade da mulher.

Vamos verificar a matéria e o relato de Maria Lamin para a Revista Marie Claire, que coloco na íntegra abaixo:

> A especialista em RH paulista Maria Lamin, 50, diretora de gestão de talentos dos laboratórios Sanofi, conhece de perto o drama feminino de ter que escolher entre a vida pessoal e a profissional. A dificuldade de encontrar um parceiro que entendesse suas viagens a trabalho, o altosalário e as longas jornadas atrasaram seus planos de casamento. Ela só subiu ao altar aos 42 anos – e nunca cogitou ser mãe. “Por muito tempo, achei que, se casasse ou tivesse filho, teria que parar de trabalhar. As companhias não incentivam o equilíbrio”, lamenta. Hoje, evita que outras mulheres tenham que fazer as mesmas escolhas.
> Maria contratou recentemente uma gerente que pretendia engravidar em poucos meses e não pediu para que mudasse os planos. “Ela ainda está fazendo tratamento de fertilização, mas facilitamos ao máximo sua rotina. Quando precisa, faz mais de um home office por semana e trabalha em horários flexíveis”, diz. Como gestora, também contribuiu para a promoção de duas grávidas. Além disso, ajuda a organizar políticas de viagem que permitem que as recém-chegadas da licença-maternidade possam levar o filho, com as despesas custeadas pela empresa. As medidas têm ampliado o quadro de funcionárias. E, para provar que competência e desempenho independem do gênero, exige que toda disputa de vaga tenha pelo menos um homem e uma mulher como finalistas (REVISTA MARIE CLAIRE, 2017).

Percebi que relatos como esses são diversos na sociedade, pois muitas mulheres passam pela mesma situação entre as escolhas do trabalho, matrimônio e maternidade e muitas vezes as mulheres se sentem culpadas pela escolha, pois dedicam muito tempo ao trabalho e pensam que não vão dar conta de acompanhar os filhos conforme necessário e da casa, e resolvem não casar ou casar um pouco mais tarde e o mesmo faz com a maternidade, cogitando não ter filho ou ter com uma idade mais avançada.

Apresentamos, conforme figura 8, para que possamos fazer uma reflexão, imagens de mulheres em diferentes práticas femininas que demonstram o seu empoderamento.

Figura 8: Desenho de mulheres sobre Empoderamento Feminino.

Fonte: Norber tecnologia[8], 2017.

São essas situações que nós mulheres devemos dar apoio umas as outras, no incentivo a maternidade caso queiram ser mãe, nos articulando para demandar as instituições, políticas públicas que fomentem amparo para as mulheres, no intuito de conciliarem a maternidade com a carreira profissional para não ter que escolher entre um e outro. Então, nós mulheres devemos nos apoiar, segurar nas mãos uma das outras, nos fortalecendo sempre que necessitamos para que não sejamos futuras culpadas de nós mesmas por não ter realizado algo que queríamos por terde optar entre a vida profissional e a vida social.

Eu como mulher, como mãe e futura gestora de cooperativas, percebo que, com a maternidade, trabalhar nos espaços de cooperativas ou empresa formal não é uma trajetória fácil, é um pouco mais complexo de a gente conquistar o nosso espaço, porém isso é possível.

Nós mulheres vivemos, por instinto ou por escolha, essa polissemia da vida social que é ocupar o papel em muitas vezes de mãe, em alguns casos de companheira, por vezes de trabalhadora, em alguns casos de estudante, muitas vezes tudo junto, e em alguns casos a mulher trabalha na roça, trabalha em casa e não dispõe de uma política pública que colabore com ela, a exemplo do bolsafamília, para

[8] Tem o propósito descomplicar a gestão de pessoas com softwares inteligentes que otimizam as rotinas corporativas. Nossas soluções para Controle de Frequência e Controle de Acesso integram dados e geram informações para a tomada de decisão, alavancando a performance dos negócios.

que essa mulher tenha um pouco mais de tranquilidade.

A ideia de solidariedade é uma questão que precisa ser bastante construída dentro do cooperativismo e no associativismo que envolve naturalmente um pensamento que cada participante da associação ou da cooperativa se coloca a participar dessas instâncias de forma diferente. Então, uma mulher que é mãe, por exemplo, não consegue se dedicar a esses espaços de cooperativas e associações da mesma forma que uma mulher que não tem filhos, necessitando de contribuições de outras mulheres para que não se sintam excluídas.

Uma mulher que tem quatro pessoas no quadro da família e que participam de uma mesma associação ou cooperativa, consegue se dividir melhor, enquanto unidade familiar, do que a mulher que mora sozinha e que às vezes tem que lidar como pessoa desempregada, tornando a participação mais complexa. Então, a sororidade é uma compreensão das particularidades, para entender como se constrói o coletivo e a solidariedade é uma construção para tornar possíveis as ações.

Eu penso que como mãe, futura gestora de cooperativas e mulher posso me colocar no lugar de outras mulheres e pensar o que eu posso fazer como gestora para trabalhar a inclusão dessas mulheres. Pois não é só trabalhar a inclusão das mulheres nas cooperativas e associações, mas saber se essa mulher é ouvida, se ela tem vez e se essa mulher é respeitada. Então é um leque de desafios que nós mulheres temos que observar nas outras mulheres, e assim, melhorar nosso desempenho coletivamente.

Eu, como mulher, mãe e futura gestora de cooperativas faço aqui uma provocação: Nos espaços cooperativos e associativos é possível gerir essas questões no fomento da solidariedade, sororidade e autonomia entre as mulheres no cooperativismo e no associativismo? Sim, pois nas cooperativas e associações temos diversos grupos, temos comitês[9], temos assembleias, temos o direito de votar e ser votado. Então, através da cooperação e dos mecanismos que temos dentrodas cooperativas e associações podemos nos articular e colocar em prática essas questões que envolvem “mulher olhar mulher” e as cooperativas e associações é um lugar pertinente para trabalhar mais essas discussões, uma vez que o cooperativismo é um dos defensores da inclusão social.

[9] O objetivo dos comitês é assessorar o Sistema da Organização das Cooperativas do Brasil em atividades de representação institucional, bem como de promoção social, perante as cooperativase a sociedade civil.

4 O COOPERATIVISMO/ ASSOCIATIVISMO NO TERRITÓRIO DO SISAL COMOPONTO DE PARTIDA

Segundo Santos, Silva e Coelho Neto (2011), com o processo da redemocratização política e do amparo legal-institucional ocorrido na Constituição do ano de 1988 resultou em mudanças significantes na política e na sociedade resultando na intensificação de espaços públicos para discutir políticas para potencializar no desempenho da sociedade civil organizada, no fortalecimento dos movimentos sociais e no desenvolvimento das entidades de associativismo e cooperativismo em uma escala regional, nacional e global.

Notamos que com a redemocratização e as leis instituídas pela Constituição de 1988 decorreram mudanças relevantes nos campos políticos e sociais, sendoque juntas propagaram os espaços de públicos para discussões da situação da sociedade civil organizada, fortalecer os movimentos sociais, a ampliação do associativismo e do cooperativismo em todo o mundo. Entendemos que as cooperativas são instituições que não visam lucros e que prestam serviços aos cooperados e objetivando interesses coletivos.

Neste capítulo, nós trataremos sobre o cooperativismo e associativismo no Território do Sisal como ponto de partida, e faremos um mapeamento das cooperativas e associações existente na Bahia e no Território do Sisal, e uma linha do tempo, além de outras questões para reflexão.

4.1 MAPEAMENTOS DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES NA BAHIA E NOTERRITÓRIO DO SISAL

Segundo o Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2020), o estado da Bahia soma o total de 200 Cooperativas, conforme podemos ver na tabela 1, e nas Listas de Catálogo de Cooperativas da Bahia contabilizam 72 cooperativas no ano de2012, e 2.166 Associações registradas em 2011 nos cartórios dos municípios do Território do Sisal.

O associativismo nasce de uma demanda social coletiva objetivando melhoria na qualidade de vida como afirma Sherer-Warren (1999), conceituando associações, como:

> [...] formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesas de direitos da cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias (SHERER-WARREN, 1999, p.15).

Compreendo que o associativismo são formas dos sujeitos de se organizarem em busca de objetivos em comuns, com o propósito de melhoria na qualidade de vida e para o desenvolvimento da comunidade.

> Esse é um longo processo que decorre de esforços de organização da sociedade civil, da ação coletiva de uma gama diversificada de grupos, movimentos sociais e inúmeras organizações que lutaram pela solução de graves problemas de exclusão socioeconômica da sociedade brasileira, em prol da cidadania, da democracia, respeito às diferenças culturais e da autonomia política de diversos segmentos sociais (SANTOS; SILVA; COELHO NETO, 2011, p.19).

TABELA 1: Número de Associações Registradas nos Cartórios dos Municípios do Território do Sisal. Bahia. 2009 e Lista das Cooperativas do Catálogo de Cooperativas da Bahia. 2012.

Município	Número de Associações	Número de Cooperativas
1. Araci	286	4
2. Barrocas	43	1
3. Iritinga	48	1
4. Candeal	31	0
5. Cansanção	151	0
6. Conceição do Coité	189	7
7. Ichu	19	2
8. Itiúba	125	2
9. Lamarão	30	0
10. Monte Santo	180	0
11. Nordestina	57	3
12. Queimadas	95	0
13. Quijingue	71	1
14. Retirolândia	62	2
15. Santa Luz	75	10
16. São Domingos	37	6
17. Serrinha	207	20
18. Teofilândia	74	3
19. Tucano	272	2
20. Valente	114	8
Total	**2166**	**72**

Fonte: (SANTOS; SILVA; COELHO NETO, 2011); (SETRE, 2012).

Percebemos que embora a mulher desempenhe o papel de mãe e de esposa na sociedade, elas não estão se restringindo, pois conheço mulheres que estão na linha de frente dessas instituições como também nos movimentos sociais, presidente

de associações, presidente de cooperativas e muitas delas começaram como cooperadas, depois tesouraria e foram se identificando com o trabalho solidário, chegando ao cargo de maior responsabilidade que é a presidência de uma cooperativa. Essas mulheres fazem intercâmbios em busca de novos conhecimentos, participando de reuniões, debates, congressos e seminários em prolde benefícios coletivos. Conheço grupos produtivos formados exclusivamente por mulheres, que se encarregam com tudo sozinhas desde a fabricação até o destino final. Mulheres que são potencialidades dessas mulheres que são conquistadas diaa dia por puro mérito delas e cada vez se mais se empoderando.

Observamos que o Território do Sisal em todos os municípios existe Associações e cooperativas de vários segmentos, com elaboração de grupos: produtivos, de serviços, educacional, de crédito, entres outros. Segundo o Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2020), nesses espaços cooperativos, a participação feminina está cada vez mais comum sendo como associadas, no conselho administrativo, conselho fiscal, vice-presidente e até presidente. A participação feminina nesses lugares é importante para o seguimento dessas cooperativas.

Compreendi que a mulher está cada vez mais ocupando espaços destinados ao trabalho coletivo, seja como membro cooperado, colaborador e atingindo ao cargo bastante relevante nesses espaços, como liderança e isso vem de muitaslutas ao longo dos anos. É notório o potencial dos municípios do Território do Sisal em números de Associações e de Cooperativas e da sua relevância para o desenvolvimento das comunidades, sobretudo, para a inclusão feminina nesseslugares.

Observo que o Território do Sisal possui um potencial significativo da participação feminina nos espaços do cooperativismo e do associativismo temos as Redes de cooperativas de crédito ASCOOB em vários municípios no Território, Cooperativa da Agricultura Familiar (COOPAF) em Serrinha, Associações de grupos de produção, Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização (COOBENCOL) com a presidente Valmira Lopes em Santa Luz, temos a Central de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária Arco Sertão que funciona na comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar de grupos de mulheres de todo os municípios do Território do Sisal.

4.2 LINHA DO TEMPO E QUESTÕES PARA REFLEXÃO

Entendemos que um dos papéis femininos nas associações e cooperativas é mostrar a eficiência e a importância de cada uma delas nos resultados econômicos, desses espaços. Notamos que cada vez mais a mulher está ocupando seu espaço, sobretudo, construindo histórias. A mulher, através de suas lutas mostra que pode realizar seu trabalho com qualidade, construir seu espaço e conquistar uma sociedade que seja mais igualitária, mais justa e solidária.

Observo que as cooperativas de produção de artesanatos e alimentos, geralmente comandada por mulheres, é uma maneira relevante de preparação para que a mulher possa chegar ao cargo de gestão. Dentro desse contexto, essas mulheres também se empoderam.

Segundo Casarotto e Thesing (2020), atualmente a sociedade enfrenta efêmeras mudanças nos ambientes organizacionais, visto que as cooperativas de modo a acompanhar essas mudanças buscam novos conhecimentos que tem como base o quinto princípio do cooperativismo, educação, formação e informação.

Notei que, atualmente, as cooperativas com as mudanças rápidas nos espaços organizacionais recorrem ao quinto princípio do cooperativismo que é Educação, Formação e Informação. As cooperativas estão fomentando políticaspúblicas para a inserção da mulher ao mercado de trabalho, sobretudo, o quinto princípio do cooperativismo[10], principalmente para ocupar o cargo de liderança, pois é uma posição complexa e de grande desafio, por ser historicamente uma função exercida por homens. Porém, as mulheres estão estudando mais, se capacitando, se aprimorando nos assuntos referentes essa área profissional. Para o deslocamento, estão se habilitando para licença de dirigir veículos automotores, elascada vez mais estão lutando por sua autonomia e pela independência, em contrapartida almeja uma sociedade igualitária.

Percebemos que a mulher está conquistando seu espaço, mas por que ela tem que estar provando a todo o momento que é capaz, que pode e que consegue fazer o seu trabalho com qualidade?

Quais são as possibilidades das mulheres no cooperativismo e no

[10] Os princípios cooperativistas são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam à prática os seus valores. São sete os Princípios do Cooperativismo: 1. Adesão Livre e Voluntária, 2. Gestão Democrática, 3. Participação Econômica, 4. Autonomia e Independência, 5. Educação, Formação e Informação, 6.Intercooperação e 7.Interesse pela Comunidade.

associativismo? Essas perguntas são úteis para suscitar a reflexão sobre essas questões que são demasiadamente complexas nesse universo feminino.

Entendemos que o cooperativismo contribui para as mulheres terem uma visão do mundo de maneira diferente, trabalhando coletivamente, elas se tornam empoderadas e estão sempre incentivando outras mulheres a fazer parte do cooperativismo, sempre conversando com elas que precisam estar nesses espaços, para que elas substituam quando uma não puder mais ocupar o cargo, pois as cooperativas tem o tempo para renovação do quaro de funcionários, e isso é uma oportunidade para que todas que estejam habilitadas, exerçam um pouco de cada função, isso faz com que a luta continue. É preciso também estar fomentando políticas públicas de inserção dos jovens para esses espaços de cooperação e estar dialogando para ouvir suas demandas como jovem, promover fórum e debates com mulheres e jovens seus anseios e para falar sobre a relevância da participação ativa no cooperativismo e no associativismo.

Notei que, na minha turma do curso de gestão de cooperativas, a maioria dos discentes matriculados são mulheres, então, é notório que o cooperativismo se desloca a ser feminino, na construção/participação e no pensamento. Segundo Tamires Ferreira Diretora Presidente da cooperativa de crédito da Ascoob Cooperar do município de Araci, no Território do Sisal, em uma Live no lnstagram[11] organizada pela cooperativa de crédito Ascoob em março de 2021, historicamente, o homem tem predominância quando o cargo é de finanças, porém a mulher está desconstruindo esse pensamento da sociedade, pois as mulheres estão ocupando a maioria do quadro de funcionários das cooperativas de crédito em todas as redes Ascoob.

Neste contexto, observo que a mulher vem desconstruindo esses paradigmas determinados pela sociedade e cada vez mais mostrando sua resistência em diferentes espaços. As mulheres procuram as cooperativas como ambiente de trabalho, pois acreditam que por elas serem geridas com base nos princípios e valores, contribuem para um modelo de negócio democrático, sobretudo, inclusivo.

Numericamente, os espaços para a produção do protagonismo feminino no Território do Sisal se mostram promissor. Pelo quantitativo de associações e cooperativas vistos na Tabela 1, estimulam a pensar o quantitativo de mulheres

[11] Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CMN3tYbg9x3/?igshid=qbevetqm1d3

presentes nestes espaços. Importante problematizar nesta reflexão que é urgente pensar em ações de educação cooperativista que objetivem tratar as questões de gênero, a valorização e criação de oportunidades ao trabalho feminino, a equidade e as relações de poder na gestão, a produção de estratégias de participação de mulheres jovens, mães, trabalhadoras, em processos de escolarização e/ou que possuem outras atividades laborais. Pensar a construção social do papel feminino na sociedade e os desafios propostos e impostos para a sua participação, autonomia, visibilidade e atuação são fundamentais.

É interessante ainda, denotar propositadamente, que de forma a compreender a presença de cooperativas e associações nos diferentes municípios do Território, a produção de uma rede de interconhecimento e de intercâmbio onde seja possível produzir experiências de fortalecimento das mulheres em associações e cooperativas, o que pode também traduzir no fortalecimento dos chamados grupos informais, eminentemente espaços femininos.

Sinalizo ainda a importância de que o curso de Gestão de Cooperativas construa a partir dessas possibilidades, canais de diálogos possíveis nas ações de ensino, pesquisa, extensão e estágio, conexões propositivas, dialogadas earticuladas com mulheres com vista a formação de liderança, no conhecimento sobre gestão e planejamento, na formulação de estratégias de visibilização de sua produção e de sensibilização ao conhecimento de leis e políticas públicas queobjetivem a equidade e a proteção da mulher.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar um tema relevante para as cooperativas, para as mulheres, bem como para as estudantes do curso gestão de cooperativas.O trabalho buscou compreender o papel da mulher no cooperativismo e no associativismo, e sua dimensão, no Território do Sisal, limites e possibilidades nas relações sociais.

Com este trabalho, compreendi que, embora as mulheres sejam vítimas de disparidade de gênero, elas desempenham diversos papéis, desde as práticas produtivas até a liderança em diferentes espaços. O protagonismo feminino é crucial! Vale ressaltar a relevância de estarmos entendendo tanto às dificuldades encontradas

por essas mulheres nesses espaços, como também as superações e potencialidades conquistadas ao longo do tempo.

A renovação da participação feminina é relevante e se configura no incentivo à formação, à participação, na construção das propostas, na escuta ao olhar dessas mulheres, e das mulheres jovens. É preciso dialogar sobre a importância de estar nesses espaços participando das cooperativas e das associações e propor alternativas para atrair moças jovens para o quadro social da cooperativa, como forma de garantir a sucessão do quadro social.

Sendo assim, as mulheres precisam fomentar outras mulheres, sobretudo, mulheres jovens a participarem das cooperativas e associações. Deste modo, fomentar nas construções de políticas públicas para a inserção dessas mulheres e das moças jovens ingressarem nesses espaços de cooperação, incentivar essas jovens ao engajamento, fomentando políticas públicas para implantar cursos e estágios remunerados com o objetivo de adquirir formação e informação dos processos dentro das cooperativas e associações, e estar sempre dialogando com elas sobre a importância da participação dessas jovens para a futura sucessão familiar, para que esses espaços cooperativos tenham sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Juliana Corvino. **Movimentos Sociais**. 2015. Disponível em: https://pt.slideshare.net/Jucorvino/movimentos-sociais-53856769. Acesso em: 06/11/21.

ARAÚJO, Adriane Reis de; MOURÃO, Tânia Fontenele. **Trabalho da Mulher:Mitos, riscos e transformações.** São Paulo. 2012.

Anuário do Cooperativismo Brasileiro, 2020. Disponível em: https://anuario.coop.br/brasil#cooperativas. Acesso em 03/11/21.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo. 2010, p.68.

BARSTED, Leila Linhares. **Lei Maria da Penha: Uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista.** Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/02/1_2_advocacy-feminista.pdf. Acesso em 27/10/21.

BENZAQUEM, Camila. Este Dia na História: marcha das mulheres a Versalhes. **Revista Relações Exteriores**. São Paulo, 2020. Disponível em: https://relacoesexteriores.com.br/marcha-das-mulheres-a-versalhes/. Acesso em 04/11/21.

BRANDÃO, Tatiana Frey Biehl. **Mulheres empoderadas: Uma experiência de gestão no sertão nordestino.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal deSão Carlos: UFCar, 2016.

CABRAL, Francisco; DIAZ, Margarita. Relações de Gênero. In: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte: Fundação Odebrecht. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte. Gráfica e Editora Rona Ltda. Belo Horizonte, 1998.

CARNEIRO, Maria Jose. **Mulheres no Campo: notas sobre sua participação política e a condição social de gênero.** Grupo de Trabalho “Mulher Força de Trabalho”, XI Reunião anual da Anpocs, Águas de São Pedro, SP, 1987.
Catálogo das Cooperativas do Estado da Bahia. SETRE. Secretaria do Transporte Emprego e Renda. Salvador, 2012.

CASAROTTO, Renato; THESING, Nelson José. **Cooperativa de Crédito e seus Diálogos com os Princípios do Cooperativismo.** Rio Grande do Sul, 2020.

COSTA, Camilla. 1ª greve geral do país, há 100 anos, foi iniciada por mulheres e durou 30 dias. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2017. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1879407-1-greve-geral-do-pais-ha-100-anos-foi-iniciada-por-mulheres-e-durou-30-dias.shtml. Acesso em: 04/11/21.

CUNHA, Rosane Rodrigues. Aliança Cooperativa Internacional. **A Mulher e o Cooperativismo: conquista e desafios para o empoderamento feminino.** 88 Dia Internacional do Cooperativismo. 16 Dia Internacional das Cooperativas das Nações

Unidas. 2010.

FERREIRA, Silvia Miranda. **Mulheres do Trabalho Social: Entre o Privado e o Público.** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campina: Unicamp, 2009.

GENEVRO, Elizandra Machado. **O Empoderamento Feminino em uma Cooperativa: desafios e potencialidades.** Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação). Universidade Federal da Fronteira Sul . Chapecó, Santa Catarina, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Mulheres-atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático.** Revista Política & Sociedade - ISSN 2175-7984, Florianópolis, Santa Catarina, 2007.

GONTIJO, Míriam Rabelo; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes**. Da Inserção ao Empoderamento: análise da trajetória de diretoras de instituições privadas de ensino superior de Belo Horizonte.** Revista Eletrônica de Administração. Scielo. Porto Alegre, 2017.

HOLYOAKE, George Jacob. OS 28 Tecelões de Rochdale. Série. Saber/Fazer Unimed. 10ª edição. WS Editor, 2001. ISBN 85-87187-61-9. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2006.

HRYNIEWICZ, Lygia Gonçalves Costa; VIANNA, Maria Amorim**. Mulheres em Posição de Liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais.** Artigo. Caderno EBAPE.BR . V. 16. N° 3 Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2018.

IBECOOP. Quem foi Eliza, 2018. Disponível em: https://ibecoop.org/quem-foi-eliza/. Acesso em 04/11/21.

LAMIN, Maria. **Revista de Notícia e Comportamento Marie Claire**, 2017. Disponível em: https://revistamarieclaire.globo.com/Comportamento/noticia/2017/03/shine-theory-executivas-se-juntam-nas-empresas-e-redes-sociais-contra-o-machismo-e-invisibilidade-feminina.html. Acesso em 04/11/21.

MORIN, Tania Machado. **Virtuosas e Perigosas: as mulheres na Revolução Francesa.** 1. Ed. recurso digital. Alameda. ISBN 978-85-62157-09-7 São Paulo, 2014.

Norber Tecnologia. Empoderamento Feminino: 7 Práticas Para o Mercado de Trabalho, 2017. Disponível em: https://www.norber.com.br/tag/new-ponto/page/3/. Acesso em: 04/11/21.

SHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** Hucitec. São Paulo, 1999.

SHERER-WARREN, Ilse. **Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais.** Artigo. V. 21, n. 1. XXV Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS). Dossiê movimentos Sociais. Porto Alegre, 2006.

OLIVA, Gislene Quaresma; FERREIRA, Maria da Luz Alves. **Os Movimentos Sociais Femininos no Brasil e Empoderamento da Mulher: uma abordagem a partir da ditadura militar.** VI Congresso em Desenvolvimento Social. Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns ISSN 2358-3991.Universidade Estadual de Monte Claros. Minas Gerais, 2018.

PAIXÃO, Mayara. **Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do mundo**. Quase 20 nos de história. Frente da primeira Marcha das Margaridas, em 2000. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/08/09/quem-sao-as-mulheres-que-participarao-da-marcha-das-margaridas. Acesso em 04/11/21.

PARADELLA, Rodrigo. **Agência IBGE de Notícias**. Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens. 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens. Acesso em 04/11/21.

PEREIRA, Rubiane Isabel Keiber; BÜTTENBENDER Pedro Luís. **A Participação das Mulheres no Cooperativismo: um estudo de caso na cooperluz.** Artigo final do Curso de Pós-Graduação MBA em Gestão de Cooperativas, 10ª Edição. UNIJUÍ. Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação. Rio Grande do Sul, 2020.

SANTOS, Edinusia Moreira C.; SILVA, Onildo Araújo da; COELHO NETO, Agripino S. **Gente Ajudando Gente: o tecido associativista do Território do Sisal**. Feirade Santana: UEFS, 2011. 135 p. ISBN 978-85-99799-31-4.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil e outros ensaios.** Editora Alameda.. ISBN 978-85-7939-476-8. São Paulo, 2017.